



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

6

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ESPECIALIDADE:

DIREITO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os dados identificadores do seu cargo coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Todas as boas ações querem ser expostas ao público.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **28/4/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **29 e 30/4/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **26/5/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Acre e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões 1 e 2

1 As sociedades humanas são complexas e os seus
membros se atraem ou se repelem em função de sua pertinência.
Não existe o homem só, mesmo quando solitário. Para se
4 construir e entender-se, o homem precisa pertencer. Essa
pertinência vai desde a linguagem, passa pelos grupos e classes
sociais e invade as culturas, os saberes e, até mesmo, as
7 idiossincrasias. As sociedades não são essencialmente
harmônicas. Elas sempre se estão transformando a partir dos
conflitos e das contradições que as fazem mover-se e
10 transformar-se. Assim, as sociedades funcionam, muito mais,
pela lógica das contradições do que pela lógica da identidade.

13 À luz desses entendimentos é que os direitos humanos
devem ser vistos. Não mais direitos que apenas se cristalizam em
leis ou códigos, mas que se constituem a partir de conflitos,
que traduzem as transformações e os avanços históricos da
16 humanidade. Não se pode mais entendê-los como fruto de uma
sociedade abstrata, mas como a expressão coativa de tensões e
contradições engendradas pelos embates de interesses e projetos
19 de grupos sociais.

Roberto A. R. de Aguiar. *Ética e direitos humanos. In: Desafios Éticos.*
Conselho Federal de Medicina, p. 60-1, 1993 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção que dá continuidade gramaticalmente correta e argumentativamente coerente ao texto.

- A Por isso, podemos dizer que os verdadeiros direitos humanos buscam o que a de harmônico na sociedade.
- B Assim, devemos entender que valores sociais, devem expressar indiscriminadamente o bem de todos.
- C Dessa forma, os direitos humanos devem ser entendidos sob o ângulo do contexto que lhes deu origem.
- D Desse entendimento, justa seria a lei que justificasse a harmonia, em qualquer tempo ou espaço.
- E Portanto, o conceito de justiça social deve-se sobrepor a diversidade de concepções de mundo.

QUESTÃO 2

Considerando as relações de coesão textual, assinale a opção correta a respeito do uso de pronomes no texto.

- A O desenvolvimento do texto permite que o pronome “se” em “se repelem” (l.2) seja retirado e fique apenas subentendido.
- B O uso do pronome em “se construir” (l.3-4) e “entender-se” (l.4) mostra que deve ser usado o pronome também em “pertencer” (l.4): pertencer-se.
- C Na linha 9, preservam-se a coerência dos argumentos e a correção gramatical do texto ao se deslocar o pronome “as” para depois do verbo “fazem” do seguinte modo: fazem as mover-se.
- D A forma verbal “traduzem” (l.15) está flexionada no plural porque o sujeito da oração, o pronome “que” (l.14) retoma a expressão no plural “leis ou códigos” (l.14).
- E Em “entendê-los” (l.16), o pronome substitui o vocábulo “conflitos” (l.14).

Texto para as questões de 3 a 5

1 Toda a questão do conhecimento, como desejo
de penetrar os fenômenos e dizer sua lógica,
organização e seu funcionamento, pode ser pensada a
4 partir do que se deve denominar uma filosofia de
superfície: aquela que se dedica a tratar crítica e
analiticamente o mundo das superfícies. Há a confusão
7 a ser revista entre superfície e aparência. Enquanto a
aparência é uma categoria metafísica, a superfície é
muito mais uma categoria gnosiológica. Desse ponto de
10 vista, a superfície é aquilo que revela nossos valores e
preconceitos ou que os esconde. Por isso, é possível
associar a superfície ao superficial. O conceito de
13 aparência está intimamente conectado com o de
superfície, mas é dele sutilmente diverso. Enquanto a
aparência é um conceito em sentido estrito, pois não a
16 podemos entender sem a palavra que a representa,
“superfície”, quase não é um conceito, dado seu caráter
de realidade fisicamente tangível. Mais correto é dizer
19 que a superfície é um conceito limiar, diverso de um
conceito puro, aquele que se estabelece *a priori* por
estratégias puramente racionais. Não precisamos usar a
22 superfície para explicar o mundo, porque ela mesma é
parte do mundo que exige explicação. Ela é um dado da
realidade ao qual nos relacionamos. A superfície pode
25 ter uma aparência ou ser mais, a própria verdade.

Márcia Tiburi. *Uma filosofia da superfície.*
In: Cult, ano 11, p. 42 (com adaptações).

QUESTÃO 3

Com base no texto, julgue as inferências propostas nos itens abaixo.

- I A partir das superfícies das coisas do mundo, pode-se julgar se as aparências são verdadeiras ou não.
- II Na perspectiva teórica do texto, conceitos puros ou estritos são estabelecidos, *a priori*, por estratégias puramente racionais.
- III Da supremacia da aparência sobre a superfície decorrem preconceitos e problemas no conhecimento da lógica e do funcionamento da realidade.

Apresenta sustentação na argumentação do texto apenas o que se afirma

- A no item I.
- B no item II.
- C no item III.
- D nos itens I e II.
- E nos itens II e III.

QUESTÃO 4

Assinale a opção **incorreta** a respeito da relação entre as estruturas linguísticas e as ideias do texto.

- A Nas linhas de 1 a 3, o trecho “como desejo (...) funcionamento” tem a função de explicar ou definir como o “conhecimento” deve ser entendido no desenvolvimento do texto.
- B Nas linhas de 4 a 6, o trecho “que se (...) superfícies” identifica a função da “filosofia de superfície”.
- C O trecho “pois não (...) representa, ‘superfície’” (ℓ.15-17) fornece uma justificativa para a existência de preconceitos.
- D O trecho “dado seu caráter de realidade fisicamente (...) tangível” (ℓ.17-18) indica por que ‘superfície’ (ℓ.17) não deve ser considerada um conceito puro.
- E Na linha 25, o trecho “a própria verdade” explicita o que seria “ser mais”.

QUESTÃO 5

Considerando o uso das estruturas linguísticas no texto, assinale a opção correta.

- A A flexão de feminino em “pensada” (ℓ.3) deve-se à concordância com “lógica” (ℓ.2).
- B Na linha 4, a ideia de reflexividade do verbo “denominar” está expressa por meio do uso do pronome em “se deve”.
- C Na linha 12, o emprego do verbo “associar” permite a inserção do sinal indicativo da crase em “a superfície”, sem que se provoque erro gramatical ou incoerência textual.
- D A forma verbal “exige” (ℓ.23) apresenta flexão de singular para concordar com o pronome “ela” (ℓ.22), que, por sua vez, retoma, por coesão, “superfície” (ℓ.22).
- E A substituição da preposição “a” em “ao qual nos relacionamos” (ℓ.24) pela preposição **com** manteria a correção do texto.

Texto para as questões 6 e 7

- 1 Quando o ritmo de vida se acelerou? Alguns juram que foi a partir de 1995, com a chegada da Internet ao Brasil e sua avalanche de informação. A verdade é que a culpa acabará genericamente
- 4 atribuída à tecnologia. Foi ela que nos viciou na vida de tempo real, nos supermercados 24 horas, no acesso à informação farta, exata e imediata. Obcecados por conveniência, velocidade e modismos,
- 7 somos presas fáceis para marcas que promovem a obsolescência prematura de seus produtos. Segundo especialistas, esse comportamento é o fenômeno da posse transitória, termo que define
- 10 o pouco tempo que permanecemos com os produtos que compramos. Por sinal, o mesmo raciocínio estende-se às relações, tanto pessoais quanto profissionais. Priorizamos resultados de curto prazo e
- 13 queremos tudo ao mesmo tempo agora. E, assim, aos poucos, sem perceber, vamos construindo uma sociedade descartável.

Luiz Alberto Marinho. *Sociedade descartável*. In: *Vida Simples*, dez./2008, p. 80 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta a respeito da associação entre as estruturas linguísticas e os argumentos do texto.

- A O uso do futuro do presente em “acabará” (ℓ.3) expressa que a verdade referida ainda não foi comprovada.
- B Com o uso do termo “presas” (ℓ.7), incluem-se mulheres como leitoras do texto, presumindo sua notória sensibilidade para o consumo.
- C A retirada do pronome possessivo do termo “de seus produtos” (ℓ.8) alteraria as relações semânticas do texto e, por isso, provocaria incoerência entre os argumentos.
- D Preservam-se a coerência e a correção do texto ao se ligar o período iniciado por “Priorizamos” (ℓ.12) ao anterior por meio da conjunção **conquanto**, escrevendo-se do seguinte modo: (...) profissionais, **conquanto** priorizamos (...).
- E Pela argumentação utilizada, depreende-se que uma “sociedade descartável” (ℓ.14) é consequência do ritmo de vida acelerado associado à grande avalanche de informação.

QUESTÃO 7

Preservam-se a coerência da argumentação bem como a correção gramatical do texto ao se

- A inserir a preposição **de** imediatamente antes de “que” em “A verdade é que a culpa acabará” (ℓ.3).
- B substituir o ponto empregado logo depois de “tecnologia” (ℓ.4) pelo sinal de dois-pontos, escrevendo-se a palavra seguinte com letra minúscula.
- C inserir o pronome **toda** imediatamente antes de “informação” em “no acesso à informação farta, exata e imediata” (ℓ.5-6).
- D substituir a vírgula logo depois de “modismos” (ℓ.6) por ponto-e-vírgula.
- E retirar o sinal indicativo da crase em “às relações” (ℓ.11), generalizando o termo.

QUESTÃO 8

Considerando as normas de redação de documentos oficiais, assinale a opção correta.

- A** Respeita a formalidade exigida em documentos do padrão officio o seguinte início de documento:
DJ/TCE-AC/2008/38
Rio Branco, 31 de março de 2009
Ilmo. Senhor Diretor Pedro José da Silva,
- B** Respeita as normas gramaticais e o padrão estabelecido para documentos oficiais o seguinte parágrafo de um regimento:
1.º – Não serão admissíveis a reiteração de pedidos, salvo se fundados em novas provas.
- C** Respeita as exigências de correção, clareza e coerência de documentos oficiais o seguinte trecho de uma ata:

A notificação do responsável em julgado em débito para que recolha a quantia apurada até o dia vinte nove de abril do útil do corrente ano, devendo ser corrigido e acrescido dos juros devidos ou parcelamento em prazos de respeito a lei.

- D** Considerando-se que o nome em fonte cursiva representa a assinatura, atende à correção gramatical e à formatação exigida em um atestado o seguinte fecho de documento:
Declaro, outrossim que o referido funcionário está lotado na Diretoria de recursos humanos desta Secretaria de Trabalho desde o ano de 1994, sob o número de matrícula TRT1234.

Atenciosamente,

José da Silva

Diretor de recursos humanos

- E** Considerando-se que a primeira ocorrência de cada nome abaixo representa a assinatura de um conselheiro, atende à correção gramatical e às exigências de impessoalidade e formalidade de um relatório o seguinte parágrafo final:

Como decorrência das considerações apresentadas, recomendamos, ainda, que, em casos futuros de mesma natureza, sejam aplicadas, por similitude, as normas dispostas no código maior do Tribunal de Contas da União.

Rio Branco, 10 de abril de 2009.

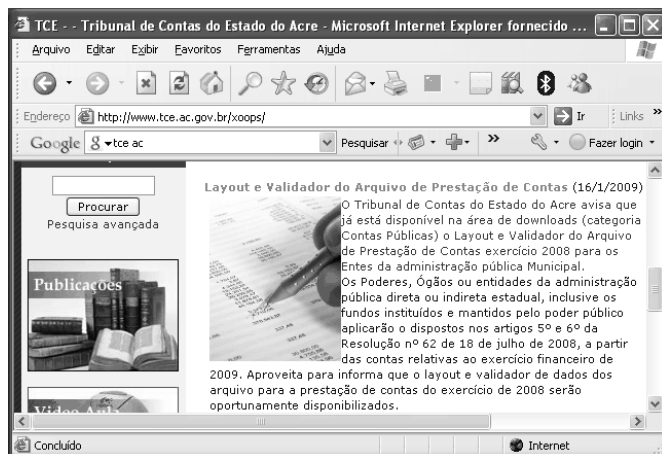
Ivo Souza *José da Silva* *João Alves*

Conselheiro Ivo Souza Conselheiro José Silva Conselheiro João Alves



QUESTÃO 9

Com relação a Internet e *intranet*, assinale a opção correta.

- A** O protocolo HTTPS foi criado para ser usado na Internet 2.
- B** Um dos principais problemas da Internet, a disseminação de vírus pode ser solucionado com a instalação de *javascripts* nos computadores dos usuários.
- C** A adoção da *intranet* nas organizações tem sido uma opção mais econômica, comparada a opções que envolvam a aquisição de *software* e *hardware* de alto custo.
- D** *Intranet* e Internet são semelhantes por proporcionarem benefícios como colaboração entre os usuários, acesso fácil a informações e serviços disponíveis, se diferenciando apenas quanto ao protocolo de transmissão de dados.
- E** Com a evolução dos sistemas de informação, o futuro da *intranet* é se fundir com a Internet, o que irá gerar a Internet 2, com uma capacidade de processar informações 10 vezes superior à atual.

QUESTÃO 10

Considerando a figura acima, que apresenta uma página *web* do Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC) acessada por meio do Internet Explorer 6.0, assinale a opção correta.

- A** Para se fazer o *download* da figura contida na página mostrada, é suficiente clicar a figura com o botão direito do *mouse*; clicar a opção Salvar Imagem Como; na janela disponibilizada, digitar um nome para o arquivo; e clicar Salvar.
- B** Ao se digitar a palavra tribunal no campo e clicar o botão , será apresentada uma lista de todos os arquivos existentes no computador cujo nome possua a palavra tribunal.
- C** Ao se selecionar um dos parágrafos do texto na página mostrada e pressionar o botão , serão apresentadas opções de formatação do texto.
- D** Ao se clicar a ferramenta , será aberta uma nova página para edição de texto.
- E** O menu **Favoritos** apresenta recursos para se fazer *upload* das páginas preferidas pelo usuário.





QUESTÃO 11

A respeito de correio eletrônico, assinale a opção correta.

- A Ao se enviar um *e-mail*, é possível encaminhar cópia dele para, no máximo, três usuários simultaneamente, sem prejuízo para a velocidade de transmissão.
- B Para se encaminhar por *e-mail* uma planilha eletrônica com dados sigilosos, é suficiente habilitar a opção Segurança, do *software* cliente de *e-mail*.
- C É preferível encaminhar *e-mails* com arquivos PDF anexos a fazê-lo com arquivos .DOC, para garantir a segurança dos dados.
- D O cliente de *e-mail* deve ser configurado com informações do usuário e informações do servidor, como servidor de entrada POP3 e saída SMTP.
- E Para qualquer tipo de transmissão de *e-mail*, é necessária a instalação de *software* cliente de *e-mail* e sua respectiva configuração.

QUESTÃO 12

Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Word 2003 contendo um documento em edição no qual o parágrafo "1 - O Tribunal (...) Governador." está selecionado, assinale a opção correta.

- A Para se imprimir apenas o texto selecionado, é suficiente clicar a opção Imprimir do *menu* Arquivo, selecionar a opção Seleção e clicar OK.
- B Ao se clicar a ferramenta , será iniciado o *upload* do texto para a Internet, bastando que o usuário informe o endereço desejado para isso.
- C Ao se clicar a ferramenta , o corretor ortográfico será habilitado, e, ao se clicar a opção , o corretor ortográfico será desabilitado.
- D Ao se clicar a ferramenta , o parágrafo selecionado será recortado para a área de transferência.
- E O *menu* Ferramentas apresenta o recurso de compactação de arquivo, que permite reduzir em até 70% o tamanho do arquivo associado ao documento em edição.

QUESTÃO 13



A respeito de sistema de arquivos e métodos de acesso, assinale a opção correta.

- A Em um arquivo, podem-se armazenar diversas pastas, com assuntos distintos, como memorandos e cartas.
- B Para se transferir um arquivo de um *pen driver* para o computador, é necessário que exista espaço disponível na memória ROM para receber o arquivo.
- C Ao se transferir um arquivo de um disco rígido fixo para uma unidade removível usando-se o recurso de arrastar e soltar, automaticamente o arquivo será removido do disco rígido.
- D Para se salvar arquivos da Internet no computador do usuário, é necessário configurar o cliente de *upload*.
- E Quanto à gravação de dados, o DVD-R é um tipo de mídia semelhante ao CD-R, isto é, é um disco em que os dados podem ser gravados uma única vez.

QUESTÃO 14

	A	B	C	D
1	Orçamento de Materiais			
2	Produto	Valor unitário	Quantidade	Total
3	Papel	10,9	50	545
4	Caneta	0,95	200	190
5	Clips	2,5	100	250
6	Borracha	0,5	500	250
7	Total			1235
8				

Considerando a janela do Excel 2003 acima, assinale a opção correta.

- A As células A1, B1, C1 e D1 podem ter sido mescladas usando-se a opção Mesclar, disponível no *menu* Dados.
- B O valor da célula D5 pode ter sido obtido usando-se a fórmula = B5*C5.
- C O total mostrado na célula D7 pode ter sido calculado usando-se a fórmula = soma (D1+D6).
- D Para se formatar as bordas da planilha, é suficiente selecionar a planilha e clicar a ferramenta .
- E Para se formatar os valores da coluna B como moeda, é suficiente clicar a ferramenta .

QUESTÃO 15

RASCUNHO

Um título com valor nominal de R\$ 1.000,00 foi resgatado 8 meses antes de seu vencimento, à taxa de desconto comercial simples de 6,4% ao mês. O valor do desconto obtido foi aplicado em um fundo de investimentos, remunerado sob uma taxa de juros compostos, capitalizados mensalmente, de modo que, 3 meses após a aplicação, o montante igualou-se ao valor nominal do título. Nessa situação, sabendo-se que $8^3 = 512$, é correto afirmar que a taxa mensal de juros usada pelo fundo de investimentos foi igual a

- A 25%.
- B 32%.
- C 41,2%.
- D 46,2%.
- E 150%.

QUESTÃO 16

Ao entrar em vigor lei específica que estabeleceu novos direitos aos usuários de telecomunicações, uma operadora de telefonia celular perdeu 8% dos seus clientes. A empresa decidiu, então, diminuir sua margem de lucro sobre os serviços ao cliente, o que acarretou um aumento de 10% no número atual de clientes da empresa. Nessa situação, considerando que, após as medidas tomadas pela empresa, o número de clientes da operadora passou a ser de 80.960, então o número de clientes dessa operadora antes da perda dos 8% de clientes era

- A inferior a 73.500.
- B superior a 73.500 e inferior a 75.500.
- C superior a 75.500 e inferior a 77.500.
- D superior a 77.500 e inferior a 79.500.
- E superior a 79.500.

QUESTÃO 17

Em um supermercado, um cliente comprou determinado produto e, na hora de pagar, o operador do caixa registrou um valor 9% superior ao preço impresso na etiqueta do produto. Para corrigir o erro, o operador do caixa efetuou um desconto de R\$ 9,81 sobre o preço registrado, de modo que o cliente pagasse apenas o valor impresso na etiqueta. Nessa situação, o valor em reais registrado na embalagem do produto era igual a

- A 106,50.
- B 109.
- C 110,50.
- D 112.
- E 113,35.

QUESTÃO 18

Leonardo, Caio e Márcio são considerados suspeitos de praticar um crime. Ao serem interrogados por um delegado, Márcio disse que era inocente e que Leonardo e Caio não falavam a verdade. Leonardo disse que Caio não falava a verdade, e Caio disse que Márcio não falava a verdade.

A partir das informações dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- A os três rapazes mentem.
- B dois rapazes falam a verdade.
- C nenhuma afirmação feita por Márcio é verdadeira.
- D Márcio mente, e Caio fala a verdade.
- E Márcio é inocente e fala a verdade.

QUESTÃO 19

Considere que as seguintes afirmações sejam verdadeiras:

- Se é noite e não chove, então Paulo vai ao cinema.
- Se não faz frio ou Paulo vai ao cinema, então Márcia vai ao cinema.

Considerando que, em determinada noite, Márcia não foi ao cinema, é correto afirmar que, nessa noite,

- A não fez frio, Paulo não foi ao cinema e choveu.
- B fez frio, Paulo foi ao cinema e choveu.
- C fez frio, Paulo não foi ao cinema e choveu.
- D fez frio, Paulo não foi ao cinema e não choveu.
- E não fez frio, Paulo foi ao cinema e não choveu.

QUESTÃO 20

Em uma investigação, um detetive recolheu de uma lixeira alguns pedaços de papéis semidestruídos com o nome de três pessoas: Alex, Paulo e Sérgio. Ele conseguiu descobrir que um deles tem 60 anos de idade e é pai dos outros dois, cujas idades são: 36 e 28 anos. Descobriu, ainda, que Sérgio era advogado, Alex era mais velho que Paulo, com diferença de idade inferior a 30 anos, e descobriu também que o de 28 anos de idade era médico e o outro, professor. Com base nessas informações, assinale a opção correta.

- A Alex tem 60 anos de idade, Paulo tem 36 anos de idade e Sérgio tem 28 anos de idade.
- B Alex tem 60 anos de idade, Paulo tem 28 anos de idade e Sérgio tem 36 anos de idade.
- C Alex não tem 28 anos de idade e Paulo não é médico.
- D Alex tem 36 anos de idade e Paulo é médico.
- E Alex não é médico, e Sérgio e Paulo são irmãos.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 21

Acerca de princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- A As contribuições sociais, econômicas e de intervenção no domínio econômico representam, no âmbito da União, dificuldades para o cumprimento do princípio orçamentário da não-afetação das receitas públicas.
- B Um orçamento altamente especificado dificulta a fiscalização parlamentar.
- C O cumprimento do princípio da anualidade impede a inclusão, na lei orçamentária, de autorização para abertura de crédito adicional.
- D O princípio da universalidade determina que o conteúdo do orçamento deve ser divulgado para conhecimento de toda a sociedade.
- E O princípio do equilíbrio determina que a receita fixada não deve ultrapassar a despesa prevista.

QUESTÃO 22

Com relação às características da lei orçamentária anual (LOA), no âmbito federal, assinale a opção correta.

- A No orçamento de investimentos, somente constarão as empresas estatais dependentes.
- B O orçamento de investimentos, contempla apenas as despesas correntes que serão realizadas pelas empresas que o compõem.
- C O orçamento da seguridade social cobre as despesas classificáveis como de seguridade social e não apenas as entidades ou órgãos da seguridade social.
- D O orçamento de capital das estatais dependentes é controlado pelo Departamento de Controle das Empresas Estatais.
- E O orçamento fiscal não contempla a administração indireta.

QUESTÃO 23

Assinale a opção correta a respeito dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

- A São integralmente provenientes dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.
- B Devem ser aplicados integralmente na remuneração dos professores da educação pública.
- C A fiscalização de sua aplicação, nos estados e municípios, é atribuição exclusiva dos tribunais de contas estaduais.
- D São distribuídos aos municípios com base no número de crianças em idade escolar.
- E São formados com recursos provenientes das três esferas de governo.

QUESTÃO 24

Assinale a opção correspondente a fonte para abertura de crédito adicional.

- A Produto de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- B Saldo positivo proveniente da diferença entre a despesa realizada e a fixada no balanço orçamentário do exercício anterior.
- C Recurso que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficou sem despesas correspondentes.
- D *Superavit* financeiro, apurado bimestralmente, no balanço patrimonial do exercício financeiro.
- E Excesso de arrecadação constituído pelo saldo positivo das diferenças entre os ingressos e dispêndios do balanço financeiro.

QUESTÃO 25

As ações orçamentárias que contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo **não** incluem

- A programa de serviços ao Estado.
- B atividade.
- C programa de gestão de políticas públicas.
- D projeto.
- E operação especial.

QUESTÃO 26

A LOA, que tem por objetivo a concretização das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no plano plurianual (PPA),

- A deve conter, em anexo, o demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com as metas do PPA.
- B poderá consignar crédito com finalidade imprecisa, desde que destinado a créditos adicionais.
- C deverá conter a forma de utilização e o montante da reserva de contingência.
- D poderá conter a autorização para a abertura de créditos suplementares, como exceção ao princípio orçamentário da exclusividade.
- E deve conter, com relação ao orçamento de investimento das empresas, a estimativa da receita e a fixação das despesas das empresas públicas e sociedades de economia mista.

QUESTÃO 27

O ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público. Acerca do projeto da LOA, assinale a opção correta.

- A** O presidente da República tem quinze dias úteis, a contar do recebimento do projeto, para sancioná-lo. O silêncio importa veto.
- B** As emendas ao projeto deverão ser apresentadas na comissão mista e apreciadas, na forma regimental, pelo Senado Federal.
- C** Após o envio do projeto ao Poder Legislativo, o presidente da República não poderá mais propor modificações.
- D** A iniciativa de apresentação do projeto é privativa do chefe do Poder Executivo.
- E** As emendas ao projeto de LOA incompatíveis com o PPA poderão ser aprovadas, caso indiquem as respectivas fontes de recursos.

QUESTÃO 28

Com referência à classificação da despesa segundo a sua natureza, assinale a opção correta.

- A** O grupo de natureza da despesa tem por finalidade identificar os objetos do gasto.
- B** A codificação da despesa possui sete níveis e nove dígitos.
- C** A modalidade de aplicação possibilita a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.
- D** Na lei orçamentária, a discriminação da despesa será, no mínimo, por elemento da despesa.
- E** Os gastos com pessoal e encargos sociais correspondem a uma das modalidades de aplicação.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta com referência às características do orçamento-programa.

- A** Todos os programas devem ser concluídos a cada novo ciclo orçamentário.
- B** O controle objetiva, principalmente, avaliar a legalidade no cumprimento do orçamento.
- C** Não possui vinculação a um instrumento central de planejamento das ações de governo.
- D** É o elo entre o planejamento e as funções executivas do governo.
- E** Apresenta duas dimensões: objeto do gasto e programa de trabalho, também conhecido como orçamento funcional.

QUESTÃO 30

O conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é estabelecido em dispositivos da Constituição Federal (CF) e, a partir de 2000, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A LDO

- A** orienta a elaboração do PPA.
- B** compreende as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, por se tratar de um planejamento estratégico de médio prazo.
- C** dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- D** contém os critérios e as formas de limitação de empenho, que devem ser analisados trimestralmente.
- E** contém a reserva de contingência.

QUESTÃO 31

O PPA constitui-se na síntese dos esforços de planejamento de toda a administração pública. A respeito do PPA, no âmbito federal, assinale a opção correta.

- A** Não pode conter diretrizes, objetivos e metas de regionalização nacional.
- B** Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- C** Sua vigência não coincidirá com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- D** Deve conter todos os investimentos do governo.
- E** Contém a estimativa de receitas e a fixação de despesas para um período de 4 anos.

QUESTÃO 32

A LRF veio fortalecer a LDO, especialmente a partir do Anexo de Metas Fiscais (AMF). Com relação ao AMF, assinale a opção correta.

- A** Deve conter a avaliação do cumprimento das metas do exercício a que se referir a LDO e para os dois exercícios seguintes.
- B** As receitas de alienação de bens não devem ser computadas no cálculo do resultado primário.
- C** Deve trazer a evolução do patrimônio líquido, com destaque para a aplicação dos recursos obtidos com operação de crédito.
- D** Deve avaliar e informar os riscos capazes de afetar as contas públicas.
- E** Deve ser elaborado em conjunto pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União e dos estados.

QUESTÃO 33

Os gastos com pessoal representam importante item de despesa de todo o setor público brasileiro. No que concerne às despesas com pessoal, de que trata a LRF, assinale a opção correta.

- A A comparação das despesas com os respectivos limites faz parte do relatório de gestão fiscal.
- B Devem ser apuradas, em sua totalidade, adotando-se o regime de caixa.
- C Os gastos dos entes da Federação não poderão ser superiores aos percentuais da receita corrente estabelecidos pela LRF.
- D A verificação dos limites deve ser realizada ao final de cada bimestre.
- E Quaisquer medidas para retorno ao limite somente devem ser adotadas quando o excedente ultrapassar 10%.

QUESTÃO 34

Se verificarem que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no AMF, os poderes da União e o Ministério Público (MP) terão de promover limitação de empenho e movimentação financeira. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A A periodicidade da verificação das metas deve ser quadrimestral.
- B No caso de recuperação da receita inicialmente prevista, haverá recomposição das dotações dentro do exercício financeiro.
- C Após o início do exercício financeiro, os poderes dispõem de 30 dias para o estabelecimento da programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.
- D Os critérios para a suspensão do crédito serão estabelecidos na LOA.
- E O contingenciamento é um corte linear em que todos os órgãos são atingidos por determinado percentual de redução.

QUESTÃO 35

O relatório resumido de execução orçamentária, um dos instrumentos de transparência previstos na LRF, deve

- A conter, como uma de suas peças básicas, o balanço orçamentário.
- B conter o AMF e ser publicado bimestralmente.
- C conter o demonstrativo dos restos a pagar e ser publicado quadrimestralmente.
- D conter demonstrativos comparativos com os limites de que trata a LRF.
- E ser elaborado e publicado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos entes governamentais.

QUESTÃO 36

O controle exercido por órgãos da administração direta sobre a administração indireta apresenta uma série de peculiaridades, as quais incluem a

- A subordinação hierárquica da entidade ao ministério ou secretaria a que as atividades se relacionem.
- B obrigatoriedade da existência de contrato de gestão, para verificação do cumprimento das metas estabelecidas.
- C independência da entidade para escolha dos próprios dirigentes.
- D possibilidade de intervenção sob determinadas circunstâncias, para resguardar o interesse público.
- E faculdade incondicional de recurso à administração direta, quanto às decisões dos dirigentes da entidade.

QUESTÃO 37

Vêm-se ampliando, consideravelmente, as hipóteses de participação popular no controle da administração. O exercício desse controle mediante ação popular, por exemplo, no que diz respeito à lesão ao patrimônio público, é bastante abrangente, mas **não** abrange

- A as organizações não-governamentais mantidas com recursos de instituições públicas internacionais.
- B as pessoas jurídicas subvencionadas pelos cofres públicos.
- C os serviços sociais autônomos.
- D as fundações públicas.
- E as entidades com participação minoritária do Estado.

QUESTÃO 38

A CF, ao estender aos tribunais e conselhos de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios as disposições aplicáveis no âmbito da União, destacou, como um dos aspectos objeto do controle, a legitimidade, que envolve diversos critérios. **Não** faz parte dessas considerações o exame da

- A conveniência.
- B legalidade.
- C prioridade.
- D pertinência.
- E oportunidade.

QUESTÃO 39

Entre as competências privativas da assembleia legislativa, constitui, essencialmente, manifestação do controle externo financeiro por ela exercido

- A apreciar e julgar as contas do tribunal de contas do estado (TCE).
- B fixar a remuneração de seus membros.
- C julgar as contas do governador do estado.
- D autorizar, *a posteriori*, a aquisição e a alienação de bens imóveis pelo estado.
- E julgar as contas do Poder Legislativo.

QUESTÃO 40

As prerrogativas da Assembleia Legislativa do Acre incluem, como um dos aspectos do controle que ela exerce,

- A a indicação para sustar atos normativos que exorbitem os limites da delegação legislativa.
- B o convite para que autoridades prestem informações acerca de assunto previamente determinado.
- C requerer ao TCE que proceda à tomada de contas do governador, quando ele não as prestar.
- D a fiscalização e o controle dos atos dos órgãos e entidades do Poder Executivo, excluindo o das empresas estatais com personalidade jurídica de direito privado.
- E ter ingerência na escolha de todos os conselheiros do TCE, seja escolhendo-os diretamente, seja aprovando a sua indicação.

QUESTÃO 41

No exercício do controle externo, cabe ao TCE

- A homologar as nomeações para os cargos de natureza especial.
- B aprovar quaisquer melhorias das aposentadorias, reformas e pensões de ex-servidores e seus beneficiários.
- C realizar auditorias operacionais por requisição de comissão técnica da assembleia legislativa.
- D auxiliar o Tribunal de Contas da União (TCU) na fiscalização dos repasses efetuados diretamente pela União aos municípios, mediante convênios.
- E requerer ao tribunal de justiça a aplicação de multas aos responsáveis que tiverem provocado dano ao erário.

QUESTÃO 42

Com relação à execução das decisões do TCU, nos termos de sua Lei Orgânica, assinale a opção correta.

- A A decisão de que resulte imputação de débito ou cominação de multa torna a dívida líquida e certa.
- B A decisão preliminar constitui título executivo para cobrança judicial da dívida decorrente de débito.
- C A importância devida, em caso de irregularidade nas contas, deve ser recolhida obrigatoriamente de uma só vez.
- D O servidor que não efetuar o recolhimento do débito tem o pagamento de sua remuneração suspenso.
- E O MP junto ao TCU pode determinar o arresto dos bens dos responsáveis em débito.

QUESTÃO 43

No exercício do controle atinente aos municípios, o TCE

- A não pode ferir a autonomia desses entes federativos.
- B julga as contas do prefeito, mas não as da câmara municipal.
- C emite parecer que é apreciado pela assembleia legislativa.
- D emite parecer prévio acerca das contas do prefeito, que a câmara municipal pode desconsiderar, por maioria de dois terços.
- E pode pedir a intervenção estadual no município.

QUESTÃO 44

A decisão do TCU, em processo de tomada ou prestação de contas, é

- A provisória.
- B condicional.
- C preventiva.
- D corretiva.
- E terminativa.

QUESTÃO 45

Várias são as situações que caracterizam irregularidades no julgamento das contas, de que resulta a condenação ao pagamento da dívida, acrescida de atualização monetária e juros. Caracteriza dano mensurável e atribuível ao responsável

- A a prática de ato antieconômico.
- B o desvio de recursos em benefício próprio ou de terceiros.
- C a omissão no dever à prestação de contas.
- D o cometimento de ato ilegítimo.
- E grave infração a norma orçamentária ou financeira.

QUESTÃO 46

De modo geral, nos termos da Lei Orgânica do TCE/AC, os administradores e responsáveis, no âmbito da administração, estão sujeitos à tomada/prestação de contas. Não estão obrigados à tomada/prestação de contas os

- A sucessores dos administradores e responsáveis, mas só até o limite do valor do patrimônio transferido.
- B responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelos municípios por meio de acordos ou instrumentos congêneres.
- C responsáveis por entidades de direito privado que recebam contribuições para-fiscais pela prestação serviços de interesse público ou social.
- D dirigentes de organizações não-governamentais mantidas por doações de particulares que realizem trabalhos de interesse coletivo.
- E responsáveis pelas contas de empresas de cujo capital o estado participe de forma indireta.

QUESTÃO 47

Em conformidade com a CF, os atos relacionados a pessoal que são apreciados pelo TCU para fins de registro ou reexame **não** incluem

- Ⓐ a admissão de pessoal nas empresas públicas.
- Ⓑ a admissão de pessoal nas fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- Ⓒ as nomeações para cargo de provimento em comissão na administração direta.
- Ⓓ a concessão inicial de pensão.
- Ⓔ as melhorias posteriores em aposentadorias que tenham alterado o fundamento legal da concessão inicial.

QUESTÃO 48

O TCU estabelece uma série de regras para a denúncia de irregularidades ou ilegalidades. Nesse sentido, assinale a opção correta.

- Ⓐ O denunciante, somente em caso de comprovada má-fé, está sujeito a sanções administrativas, cíveis ou penais.
- Ⓑ A denúncia pode ser arquivada sumariamente, se ficar evidenciado *a priori* que não tem fundamento.
- Ⓒ Caracterizada a irregularidade ou a ilegalidade, o acusado somente deve ser cientificado após a conclusão do processo.
- Ⓓ O TCU se reserva o direito de fornecer, ou não, ao denunciante certidão dos fatos apurados.
- Ⓔ O sigilo acerca das denúncias em apuração deve ser quebrado se o denunciado já estiver sob investigação de iniciativa do próprio TCU.

QUESTÃO 49

O TCE/AC decide acerca das consultas quanto a dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Essas consultas, no âmbito do estado, poderão ser formuladas por

- Ⓐ qualquer cidadão no gozo de seus direitos políticos.
- Ⓑ presidentes regionais de partidos políticos.
- Ⓒ presidentes de câmaras de vereadores de municípios do interior.
- Ⓓ gerentes ou coordenadores de auditoria de entidades da administração indireta.
- Ⓔ dirigentes de entidades sindicais de servidores da administração estadual.

QUESTÃO 50

O TCE/AC pode aplicar aos administradores ou responsáveis submetidos à sua jurisdição as sanções prescritas em lei. Nesse sentido, assinale a opção correta.

- Ⓐ A fraude comprovada em licitação inabilita definitivamente o responsável, perante as administrações estadual e municipais.
- Ⓑ O tribunal pode determinar o arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito.
- Ⓒ O tribunal, por dois terços de seus membros, pode considerar o responsável inabilitado para exercer cargo ou emprego permanente por cinco anos.
- Ⓓ A sanção, quando a infração for considerada grave, deve ser aplicada diretamente pelo tribunal, sem necessidade de participação da autoridade a que está subordinado o responsável pela irregularidade.
- Ⓔ Os dirigentes do controle interno são solidariamente responsáveis quando tomarem conhecimento de irregularidade e não a comunicarem ao TCE/AC.

QUESTÃO 51

Quanto às normas de auditoria no âmbito do setor público estadual no Acre, é correto afirmar que

- Ⓐ o controle externo estadual é exercido exclusivamente pelo TCE/AC.
- Ⓑ as comissões técnicas e de inquérito da Assembleia Legislativa podem requerer, diretamente ao TCE/AC, a realização de auditorias.
- Ⓒ a Assembleia Legislativa pode requerer, ao TCE/AC, a realização de auditorias a respeito da gestão financeira e orçamentária do próprio tribunal.
- Ⓓ as medidas que o TCE/AC entender cabíveis para assegurar os interesses do estado, em decorrência de auditoria procedida em entidade da administração indireta, são de aplicação imediata.
- Ⓔ a definição das normas para o exercício da auditoria no setor público estadual são de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 52

Julgue os itens a seguir, relacionados à elaboração dos relatórios de auditoria operacional no setor público.

- I O relatório de execução de auditoria tem, como um de seus objetivos, o de levar ao conhecimento de terceiros o projeto de auditoria proposto.
- II No aprofundamento dos diversos temas envolvidos na auditoria, as citações diretas de fontes externas, ainda que extensas, são preferíveis às indiretas.
- III O principal instrumento de apoio à elaboração do relatório de planejamento de auditoria é a matriz de planejamento.
- IV Na descrição da metodologia aplicada, devem ser especificados os critérios de auditoria, as características das unidades de pesquisa e o desenho amostral.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.
- E I, II e III.

QUESTÃO 53

Em relação aos procedimentos de auditoria interna, assinale a opção correta.

- A Para que seja considerada evidência, é preciso que a informação seja relevante.
- B Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento.
- C Para se obterem evidências quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade, devem ser feitos testes de observância.
- D A exigência da carta de responsabilidade da administração faz parte do processo de obtenção e avaliação das informações.
- E Os procedimentos de investigação não devem envolver pessoas físicas ou jurídicas alheias à entidade.

QUESTÃO 54

A respeito do planejamento de auditoria, julgue os itens abaixo.

- I Entre os objetivos do planejamento de auditoria, está a identificação da legislação aplicável à entidade.
- II Um dos fatores econômicos que precisam ser avaliados pelo planejamento de auditoria são as políticas de negócio dos concorrentes da entidade auditada.
- III Para planejar uma auditoria, o auditor ou a entidade de auditoria deve conhecer não apenas as práticas contábeis correspondentes ao período auditado, mas também as práticas adotadas em períodos anteriores.
- IV Quando o auditor de uma entidade investidora não examinar as demonstrações contábeis das entidades investidas e, se os ativos destas representarem parte relevante dos ativos totais daquela, ele deve considerar se pode assumir a incumbência de auditar as referidas demonstrações.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

QUESTÃO 55

Os exames que precisam ser feitos ao se auditarem as demonstrações contábeis incluem

- I a definição de uma despesa como custo ou gasto nos resultados do exercício;
- II o reconhecimento de provisões;
- III a classificação dos créditos de acionistas, diretores e sociedades coligadas ou controladas;
- IV a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os exames acima, na ordem em que são listados, correspondem, respectivamente, às auditorias

- A das despesas antecipadas; dos passivos; do patrimônio líquido; dos investimentos.
- B de estoques; dos passivos; do patrimônio líquido; do imobilizado.
- C de estoques; do imobilizado; do patrimônio líquido; dos investimentos.
- D das disponibilidades; de estoques; do realizável a longo prazo; do imobilizado.
- E de estoques; dos passivos; do realizável a longo prazo; dos investimentos.

QUESTÃO 56

Acerca das normas constitucionais para os sistemas de controle interno e externo, assinale a opção correta.

- A** Compete ao TCU sustar, de imediato, contratos comprovadamente lesivos ao patrimônio público.
- B** A aplicação das subvenções e as renúncias de receitas estão entre os atos sujeitos à fiscalização do controle externo.
- C** A empresa supranacional encontra-se sob a jurisdição dos órgãos de controle externo, desde que a União detenha, de forma direta ou indireta, a maioria do capital social dessa empresa, nos termos do seu tratado constitutivo.
- D** Desde a sua posse, o auditor do TCU está investido das mesmas garantias e dos mesmos impedimentos dos ministros daquele tribunal.
- E** Os TCEs devem ser integrados por conselheiros em número definido nas respectivas constituições estaduais, que, no entanto, não pode ultrapassar o número de ministros do TCU.

QUESTÃO 57

Assinale a opção correta em relação às licitações, aos contratos administrativos e às concessões de serviços públicos.

- A** A penhora judicial realizada por juiz de vara cível sobre o patrimônio de empresa concessionária de serviço público por dívida de empresa que anteriormente explorava o serviço e contraída na exploração do serviço mostra-se consentânea com a legislação de concessão.
- B** A exigência editalícia de que, na fase de habilitação, as empresas participantes do certame comprovem capital mínimo circulante ou patrimônio líquido de 10% do valor da contratação é ilegal.
- C** É de concessão o pacto pelo qual o município delega a empresa pública estadual a execução de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto.
- D** A administração pode rescindir o contrato administrativo em razão de seu descumprimento assim como pode proceder à respectiva retenção de pagamento do que tiver sido pactuado contratualmente.
- E** Os bens reversíveis não amortizados ou depreciados devem ser previamente indenizados ao final da concessão de serviço público como condição necessária ao termo final do contrato.

QUESTÃO 58

Se o governador de um estado nomear um conselheiro do TCE sem a aprovação da assembleia legislativa, tal fato caracterizará um ato administrativo

- A** válido, desde que convalidado pelo TCE e pela assembleia legislativa.
- B** válido, mas imperfeito.
- C** lícito, ineficaz, mas perfeito.
- D** existente, mas inválido.
- E** inexistente e ilegal.

QUESTÃO 59

Quanto aos tribunais de contas no sistema jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- A** As decisões proferidas pelo TCU quanto à aplicação de multas a administradores públicos têm natureza de ato jurisdicional.
- B** No intuito de fomentar a segurança dos autores de denúncias de fatos ilícitos praticados no âmbito da administração, os tribunais de contas podem preservar o sigilo do informante.
- C** A empresa que tiver seu contrato administrativo suspenso por decisão monocrática do TCE pode apresentar apelação para o tribunal de justiça, que a receberá, em regra, apenas no efeito devolutivo.
- D** O tribunal de contas pode reexaminar ato judicial transitado em julgado concessivo de vantagem funcional a servidor público por ocasião da sua aposentadoria, por não se sujeitar à coisa julgada em razão de não haver participado como parte do processo.
- E** Os tribunais de contas não podem determinar a quebra de sigilo bancário de administrador público investigado por superfaturamento de preço praticado em licitação, no âmbito do controle externo realizado.

QUESTÃO 60

Acerca do controle judicial da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O mandado de segurança é o meio correto para determinar à administração a retificação de dados relativos ao impetrante nos arquivos da repartição pública.
- B** É vedado ao condenado por improbidade administrativa com a perda de direitos políticos, enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial, a propositura de ação popular.
- C** A conduta omissiva do administrador público impede a fluência de prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, quando a lei fixa prazo para a prática do ato.
- D** O mandado de injunção não é instrumento adequado à determinação de edição de portaria por órgão da administração direta.
- E** A ação civil pública não é o instrumento adequado ao controle de atos lesivos ao meio ambiente.

QUESTÃO 61

Em relação à desapropriação, assinale a opção correta.

- A** A União pode desapropriar a fazenda de alguém por interesse social para fins de reforma agrária, mas deverá antes dar-lhe prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária inclusive sobre as benfeitorias úteis e necessárias, como forma de evitar o enriquecimento ilícito do Estado em detrimento do particular.
- B** Considere a seguinte situação hipotética. Antônio, que não tem imóvel próprio, ocupou, em determinada cidade, como sua moradia, por 12 anos ininterruptos e sem qualquer tipo de turbação estatal, área de 200 m² que era de propriedade do município. Instado a se retirar do local, procurou advogado para alegar judicialmente o usucapião sobre o imóvel. Nessa situação, está correta a solicitação de Antônio porque não houve oposição do poder público local.
- C** Caso um indivíduo possua uma fazenda de 500 hectares na qual, em 2008, tenha sido descoberta plantação de maconha em 7 hectares de sua propriedade, a administração poderá expropriar toda a fazenda para destiná-la ao assentamento de colonos, sem indenizar seu proprietário.
- D** Lei ordinária é instrumento adequado para estabelecer regramento processual de contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
- E** Embora um laudo indique que a fazenda de um indivíduo é produtiva, a União pode desapropriá-la para fins de reforma agrária se a indenização for prévia e em dinheiro.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta a respeito dos contratos administrativos.

- A** A inadimplência do contratado quanto aos encargos comerciais relativos à obra contratada não transfere à administração sua responsabilidade por seu pagamento.
- B** Não se admite a contratação verbal de particular pela administração em razão da oficialidade dos atos administrativos.
- C** O aumento da carga tributária que tenha produzido consequências no contrato administrativo somente acarretará sua revisão para adequação se ocorrido após a sua celebração.
- D** A administração pode unilateralmente deixar de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo quando verificada hipótese de força maior.
- E** O contrato entre a administração e empresa para execução de serviços de conservação e limpeza torna-se eficaz a partir da assinatura pelo particular.

QUESTÃO 63

Em relação à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A** A rejeição de representação de improbidade realizada por uma autoridade administrativa impede um particular de requerê-la pelos mesmos fatos ao MP.
- B** Uma vez recebida a ação de improbidade proposta contra um indivíduo e determinada sua citação, ele pode apelar ao tribunal para tentar reformar a decisão.
- C** É legal a conduta de um indivíduo que, arrependido de ter praticado ato de improbidade, procure o promotor de justiça da cidade para dispor-se a transação em que seja proposta à autoridade a recomposição do dano como forma de evitar o prosseguimento da ação que já fora proposta e, por consequência, a aplicação de pena.
- D** Ação de improbidade proposta contra ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) será neste processada e julgada.
- E** Considere a seguinte situação hipotética. Francisco ocupava exclusivamente cargo comissionado em tribunal de justiça e foi responsável pela licitação da obra de reforma do fórum da capital ocorrida no período de 30/6/2003 a 12/9/2003. Em 30/6/2004, ele foi exonerado do cargo. Após regular processo administrativo, foi constatada a prática de ato de improbidade, razão pela qual, em fevereiro de 2009, foi ajuizada ação de improbidade contra Francisco. Nessa situação, está prescrita a aplicação da pena por ato de improbidade.

QUESTÃO 64

Considerando o tratamento dado pela CF ao Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- A** Na CF, a competência para instituir impostos foi repartida, obedecendo a técnica da simultaneidade ou cumulatividade.
- B** A competência tributária é delegável, desde que a delegação seja feita entre entidades políticas (União, estados e municípios).
- C** O princípio da capacidade contributiva, segundo previsão expressa na CF, aplica-se a todos os tributos federais, estaduais e municipais.
- D** O princípio da imunidade recíproca é decorrência lógica do princípio federativo e visa assegurar a autonomia dos entes políticos.
- E** A CF adota o princípio da anualidade, segundo o qual, para que um tributo seja exigido, é necessário que a lei orçamentária anual autorize sua cobrança.

QUESTÃO 65

Segundo a classificação da doutrina, a CF é um exemplo de constituição

- A** outorgada.
- B** rígida.
- C** sintética.
- D** ortodoxa.
- E** semântica.

QUESTÃO 66

Com relação à administração pública e seus servidores, assinale a opção correta.

- A Ao servidor público civil é vedada a associação sindical.
- B O servidor público no exercício de mandato eletivo terá seu tempo de serviço contado para todos os fins, inclusive promoção por merecimento.
- C O servidor público investido no mandato de prefeito ficará afastado do cargo, emprego ou função, podendo, no entanto, optar por receber a respectiva remuneração.
- D Segundo a CF, os ocupantes de cargo público não têm direito a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- E Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, serão acrescidos de 20% da remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

QUESTÃO 67

O MP e a polícia, no curso de determinada investigação, descobriram que um membro de um TCE fazia parte de uma organização criminosa especializada em praticar crimes contra a administração pública. Diante do farto acervo probatório reunido, esse membro do TCE foi denunciado pelo MP por crime comum.

Na situação hipotética acima, o órgão do Poder Judiciário competente para julgar a autoridade denunciada pelo MP é o

- A STF.
- B Superior Tribunal de Justiça.
- C tribunal regional federal.
- D tribunal de justiça.
- E juiz de direito.

QUESTÃO 68

Acerca do processo legislativo brasileiro, assinale a opção correta.

- A Segundo a CF, emenda constitucional disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
- B A CF prevê a hipótese de iniciativa popular, que pode ser exercida pela apresentação, à Câmara dos Deputados, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 10% dos eleitores de qualquer estado da Federação.
- C As medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias a contar de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.
- D A reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo será permitida apenas uma vez, por igual período.
- E O procurador-geral da República tem competência para propor projeto de lei ordinária ou complementar.

QUESTÃO 69

Antônio, governador de determinado estado, visando impedir um comício marcado para o dia seguinte em praça pública, determinou ao comando da polícia militar a prisão de João, organizador do comício. Além disso, o governador Antônio baixou um decreto determinando que todos os que comparecessem ao comício fossem presos. O governador fundamentou sua decisão na necessidade de preservar a ordem pública e no fato de não ter sido solicitada autorização para a realização do evento. Foi assegurado a João o direito a um advogado e a um telefonema.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta tendo em vista os direitos e garantias fundamentais previstos na CF.

- A A prisão de João, em tese, foi legal, visto que devidamente fundamentada e decidida pela autoridade competente.
- B João poderá impetrar, por meio de seu advogado, mandado de segurança visando questionar a legalidade de sua prisão e garantir o seu direito de ir e vir.
- C João deveria ter solicitado autorização prévia para a realização do comício, não sendo suficiente o simples aviso prévio à autoridade competente.
- D A prisão de João e o local onde foi recolhido deveriam ter sido comunicados imediatamente ao juiz competente e a sua família.
- E João só poderia ter sido preso em sua residência, no período da noite, por decisão judicial.

QUESTÃO 70

Determinado parlamentar federal impetrou mandado de segurança junto ao STF, questionando a legalidade do processo legislativo na tramitação de determinada medida provisória. Argumentou o parlamentar que a referida medida provisória fora enviada para votação em plenário antes da apreciação pela comissão que deveria emitir juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, da qual o impetrante faz parte.

Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- A O parlamentar dispõe de legitimação ativa para suscitar o controle incidental de constitucionalidade pertinente à observância dos requisitos que condicionam a válida elaboração das proposições normativas.
- B O mandado de segurança não será conhecido pelo STF, visto que a ação cabível é a ação direta de inconstitucionalidade.
- C A votação da medida provisória e sua conversão em lei não terão influência na ação proposta pelo parlamentar, visto que o vício apontado é insanável.
- D O mandado de segurança será conhecido pelo STF, visto que o parlamentar tem legitimidade ativa para exercer o controle concentrado de constitucionalidade.
- E A inconstitucionalidade deveria ter sido questionada pelo parlamentar por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 71

Acerca dos crimes contra o sistema financeiro e contra a fé pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os crimes contra o sistema financeiro devem ser julgados pela justiça federal, ainda que ausente legislação infraconstitucional nesse sentido, quando praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.
- Ⓑ A competência para processar e julgar delitos contra o sistema financeiro será sempre da justiça comum estadual quando praticados por intermédio de instituição financeira de direito privado.
- Ⓒ Praticado delito contra o sistema financeiro, se a denúncia não for intentada no prazo legal, caberá ao ofendido valer-se da ação privada subsidiária da pública, no prazo de seis meses, contado do dia que tiver conhecimento da autoria delitiva.
- Ⓓ Nos delitos de falsidade material e ideológica, o documento utilizado pelo criminoso é materialmente falso, sendo certo que, na falsidade ideológica, deverá haver o dolo específico de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- Ⓔ Considere que Juanito, cidadão espanhol fugitivo da justiça daquele país e residente no Brasil, ao ser abordado por policial brasileiro, apresentou-se com outro nome, a fim de permanecer no território nacional. Nesse caso, Juanito não praticou, sequer em tese, crime contra a fé pública.

QUESTÃO 72

Em relação aos crimes contra a ordem tributária e de lavagem de dinheiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem-se pronunciado no sentido de que não há justa causa para a persecução penal dos crimes de sonegação fiscal e dos demais delitos conexos, quando o suposto crédito tributário ainda pende de lançamento definitivo, sendo esta condição objetiva de punibilidade.
- Ⓑ Segundo entendimento do STJ, a verificação da materialidade do delito de lavagem de dinheiro depende da ocorrência dos crimes antecedentes, não se configurando sem que os demais sejam alvo de sentença condenatória.
- Ⓒ Após a publicação da Lei n.º 8.137/1990, as disposições do Código Penal relativas aos crimes praticados por funcionário público contra a ordem tributária restaram revogadas tacitamente pela aplicação do princípio da especialidade.
- Ⓓ Por expressa disposição da Lei n.º 9.613/1998, constitui fato típico ocultar a origem ou a propriedade de valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades terroristas.
- Ⓔ Na persecução criminal dos crimes de lavagem de dinheiro, se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

QUESTÃO 73

Acerca dos crimes contra a administração pública e contra as finanças públicas previstos no Código Penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para que seja resguardado o equilíbrio orçamentário, constitui crime ordenar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, ainda que a despesa possa ser paga no mesmo exercício financeiro.
- Ⓑ Não pratica crime de peculato, mas mero ilícito administrativo, o motorista de secretaria municipal que utiliza uma única vez o veículo — de que tem a posse em razão do cargo — para efetuar o transporte de bens particulares fora do horário de expediente.
- Ⓒ Considere que Adão, servidor público da secretaria de segurança de determinado município, exigiu certa quantia em dinheiro de um empresário para lhe fornecer certidão negativa criminal, sendo certo que o valor foi pago prontamente. Nessa hipótese, Adão cometeu o crime de concussão e o empresário, corrupção ativa.
- Ⓓ Os crimes contra a administração pública, ainda que tenham pena máxima cominada não superior a dois anos, deverão ser processados e julgados em vara criminal, afastando-se a competência dos juizados especiais.
- Ⓔ Suponha que Fábio, auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil, valendo-se do seu cargo, patrocinou interesse privado perante a administração fazendária. Nesse caso, Fábio praticou o delito de advocacia administrativa previsto no Código Penal.

QUESTÃO 74

Em relação aos preceitos da CF e à jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ A jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que a norma constitucional que proíbe tratamento normativo discriminatório, em razão da idade, para efeito de ingresso no serviço público, se reveste de caráter absoluto, sendo ilegítima, em consequência, a estipulação de exigência de ordem etária, ainda quando esta decorrer da natureza e do conteúdo ocupacional do cargo público a ser provido.
- Ⓑ As violações a direitos fundamentais ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, inexistindo nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Assim, os direitos fundamentais assegurados pela CF vinculam diretamente os poderes públicos, estando direcionados apenas de forma indireta à proteção dos particulares em face dos poderes privados.
- Ⓒ O fato de o réu em processo criminal estar condenado por delito tipificado como hediondo enseja, por si só, uma proibição objetiva incondicional à concessão de prisão domiciliar, uma vez que a dignidade da pessoa humana deve ser interpretada em harmonia com os demais preceitos constitucionais, especialmente o da segurança jurídica.
- Ⓓ A jurisprudência do STF firmou entendimento no sentido de que não afronta o princípio da isonomia a adoção de critérios distintos para a promoção de integrantes do corpo feminino e masculino da Aeronáutica.
- Ⓔ O STF pacificou entendimento no sentido de que a desistência, no mandado de segurança, não depende de aquiescência do impetrado. No entanto, essa regra não se aplica aos casos em que a desistência é parcial.

QUESTÃO 75

A respeito dos preceitos constitucionais relativos ao Poder Legislativo e à jurisprudência do STF sobre esse tema, assinale a opção correta.

- A** O parlamentar, o partido político ou qualquer cidadão têm legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas constitucionais que não se compatibilizam com o processo legislativo constitucional.
- B** A iniciativa legislativa, no que diz respeito à criação de conta única de depósitos judiciais e extrajudiciais, cabe ao chefe do poder executivo respectivo, uma vez que se trata de matéria administrativa e não jurisdicional.
- C** O constituinte estadual não pode estabelecer hipóteses nas quais seja vedada a apresentação de projeto de lei pelo chefe do poder executivo estadual sem que isso represente ofensa ao princípio da harmonia entre os poderes.
- D** Ofende a CF lei oriunda de projeto elaborado na assembléia legislativa estadual que trate sobre matéria tributária, uma vez que tal iniciativa é privativa do chefe do poder executivo estadual.
- E** A jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que não gera inconstitucionalidade formal a emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa do Ministério Público estadual que importa aumento de despesa.

QUESTÃO 76

Acerca do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- A** Quem não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade não a tem para ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), razão pela qual prefeito municipal é parte ilegítima para propor ADPF.
- B** A omissão legislativa inconstitucional pressupõe a inobservância de um dever constitucional de legislar, que resulta, no entanto, apenas de comandos explícitos da Constituição, não decorrendo de processo de interpretação.
- C** Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, entre outros legitimados, o presidente da República, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União.
- D** O STF, por decisão de dois terços de seus membros, poderá deferir pedido de medida cautelar na ação declaratória de constitucionalidade, consistente na determinação de que os juízes e os tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei ou do ato normativo objeto da ação até seu julgamento definitivo.
- E** Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o STF, por maioria absoluta de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

QUESTÃO 77

Em relação ao Sistema Tributário Nacional e à jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** Segundo entendimento do STF, é constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica a do imposto territorial rural.
- B** As taxas cobradas em razão exclusivamente dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis são constitucionais, ao passo que é inconstitucional a cobrança de valores tidos como taxa em razão de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos.
- C** A revogação de isenção tem sido equiparada pelo STF à instituição ou majoração de tributo, razão pela qual só poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte, em respeito à regra da anterioridade tributária.
- D** As normas relativas à imunidade tributária devem ser interpretadas restritivamente, razão pela qual os álbuns de figurinhas e os respectivos cromos adesivos não estão alcançados pela imunidade prevista na CF para os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- E** Pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

QUESTÃO 78

Acerca do controle da administração pública e da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A** Compete ao TCU fiscalizar empresa pública estadual constituída em parte com capital pertencente à União, ainda que sua administração esteja a cargo do governo do estado-membro.
- B** Desde que expressamente previsto na constituição estadual, é possível o reexame, pelo tribunal de contas estadual e pela respectiva assembléia legislativa, das decisões fazendárias de última instância, proferidas em questões tributárias contrárias ao erário.
- C** A convocação de ministro de Estado para prestar informações a qualquer das casas do Congresso Nacional ou a suas comissões faz parte das várias ações e poderes de que dispõe o Poder Legislativo para o controle externo direto da administração.
- D** Os tribunais de contas são órgãos titulares do controle externo contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Estado, aos quais foi deferido no texto constitucional o exercício do controle político da administração.
- E** Ao TCU, ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo federal foram atribuídos legalmente poderes para determinar a quebra do sigilo bancário de dados constantes do Banco Central do Brasil para instruir procedimentos de controle externo da administração pública federal.

QUESTÃO 79

Em relação ao ato administrativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em face do princípio da indeclinabilidade da jurisdição (CF, art. 5º, inciso XXXV), não se admite a existência da chamada coisa julgada administrativa, uma vez que sempre é dado ao jurisdicionado recorrer ao Poder Judiciário contra ato da administração.
- Ⓑ Como qualquer ato jurídico, o ato administrativo possui elementos, intrínsecos ou extrínsecos, que determinam sua existência; requisitos, que condicionam sua validade; e atributos, que propiciam sua eficácia.
- Ⓒ Quanto ao destinatário, o ato administrativo classifica-se em interno, dirigido aos integrantes da estrutura interna da administração, e externo, destinado ao público em geral.
- Ⓓ Quanto ao regramento, o ato administrativo classifica-se em simples, nos quais só uma declaração unitária de vontade concorre para sua edição, e complexo, quando para sua prolação se exige mais de uma declaração de vontade unitária.
- Ⓔ Quanto ao aspecto orgânico, o ato administrativo classifica-se em executivo, que não focaliza situações abstratas e hipóteses de incidência, e normativo, que disciplina comportamentos e situações jurídicas em relação a certa lei.

QUESTÃO 80

Acerca dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo entendimento do STJ, a contratação de pessoal pela prefeitura sem concurso público não conduz às punições previstas na lei de improbidade administrativa, desde que não configurado o enriquecimento ilícito do administrador público nem o prejuízo ao erário municipal.
- Ⓑ Considere que determinada concessionária de energia elétrica tenha contratado empresa terceirizada para efetuar o corte de luz na residência de um cliente inadimplente. Considere, ainda, que, o funcionário da referida empresa, ao efetuar o corte, tenha injustamente ofendido e agredido o referido cliente. Nessa hipótese, a companhia concessionária não deve figurar no pólo passivo de eventual ação de reparação de danos, uma vez que, segundo entendimento do STJ, a responsabilidade é exclusiva da empresa terceirizada.
- Ⓒ A teoria do fato do príncipe é aplicada, por exemplo, quando o Estado, parte na relação contratual, onera a carga tributária afetando o particular contratado, sendo devido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Tratando-se, no entanto, de monopolização ou estatização de certas atividades objeto de contrato administrativo em curso, o pacto poderá ser rescindido de forma unilateral pela administração, não sendo devida qualquer indenização ao particular contratado.
- Ⓓ No âmbito dos contratos administrativos, a teoria da imprevisão, assentada no instituto da equidade, é sustentada no ordenamento jurídico brasileiro pela jurisprudência e pela doutrina, uma vez que não está integrada ao direito positivo, especialmente para o fim de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou justificar a prorrogação de prazos contratuais.
- Ⓔ A caducidade do contrato de concessão pública poderá ser declarada pelo poder concedente quando houver a retomada do serviço durante o prazo da concessão por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização devida ao contratado.

QUESTÃO 81

Em relação à intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quanto à forma de constituição da servidão, consideram-se genéricas as servidões que atingem bens indeterminados e específicas as que atingem bens determinados.
- Ⓑ As servidões administrativas são sempre indenizáveis, ainda que não causem qualquer dano ou não impeçam o uso normal da propriedade pelo particular.
- Ⓒ A base de cálculo dos honorários advocatícios em desapropriação é o valor da oferta realizada pelo poder público e não o da indenização efetivamente paga.
- Ⓓ Segundo entendimento do STJ, no procedimento de desapropriação de imóvel pelo poder público, são inacumuláveis juros compensatórios e moratórios.
- Ⓔ Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.

QUESTÃO 82

No curso de um processo de execução de título executivo extrajudicial, ocorreu a penhora e depósito de um veículo que se encontrava em posse do devedor. Ocorre que este veículo não era de sua propriedade, mas, sim, um veículo alugado de terceira pessoa, razão pela qual pretende o devedor se servir do meio jurídico adequado para reaver a posse do bem.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caberá ao devedor apenas ajuizar embargos à execução, uma vez que, sendo ele parte do processo, não pode proteger a sua posse direta do bem por meio de embargos de terceiro.
- Ⓑ Por ser a penhora e depósito do bem um ato judicial previsto pela lei, não cabe a restituição a seu legítimo possuidor do bem via embargos de terceiro, que é meio reservado ao afastamento de ato judicial formalmente viciado.
- Ⓒ Os embargos de terceiro seriam cabíveis na hipótese somente até a realização da penhora, uma vez que, com a efetivação do depósito do bem, restou ao proprietário ou ao legítimo possuidor apenas cobrar o respectivo valor de quem deu causa à constrição.
- Ⓓ Admitido o ajuizamento dos embargos de terceiro, haverá formação de autos distintos e estes serão distribuídos aleatoriamente, visto que a lei processual não determina a distribuição por dependência nessa hipótese.
- Ⓔ Existe a possibilidade do ajuizamento de embargos de terceiro e, inclusive, da restituição liminar da posse do bem; esta, contudo, dependerá de caução prestada pelo embargante para assegurar até mesmo os rendimentos da coisa.

QUESTÃO 83

Considere que, realizada inspeção judicial, um juiz tenha mandado lavrar auto circunstanciado de tudo quanto foi apurado na diligência e tenha intimado as partes, conferindo-lhes prazo comum de quinze dias para que se manifestassem acerca da produção do auto. Quanto a esse prazo conferido pelo juiz às partes, assinale a opção correta.

- Ⓐ Contrariamente ao que ocorre com os prazos legais, o prazo judicial descrito na hipótese é contínuo, porém, se suspende nos feriados, voltando a correr no primeiro dia útil seguinte ao termo destes.
- Ⓑ Sendo o prazo fixado na hipótese comum e superior ao ordinário de cinco dias, tem-se que sua natureza será a mesma dos chamados prazos convencionais, razão pela qual se suspenderá, caso haja feriado superveniente.
- Ⓒ Caso uma das partes retire os autos do cartório, causando obstáculo ao exercício do direito da outra, o prazo se suspenderá e o juiz determinará a intimação da parte prejudicada para devolver-lhe o prazo restante.
- Ⓓ Por se tratar de prazo judicial, com o seu término, será necessária declaração judicial de que o direito de se manifestar acerca do auto se encerrou sem nenhum requerimento das partes.
- Ⓔ O obstáculo criado por uma das partes ao exercício do direito da outra no prazo assinalado pelo juiz, caso comprovado, importará a interrupção desse prazo e a devolução total desse ao prejudicado.

QUESTÃO 84

Determinada empresa foi citada em razão de ação sob o rito sumário ajuizada contra si para cobrar a reparação de prejuízos decorrentes de acidente de trânsito. A citação se deu em um dia 3, quarta-feira, e a audiência de conciliação ocorrerá no dia 12 do mesmo mês, sexta-feira. É certo, ainda, que, no dia 16, não poderá o sócio-proprietário comparecer à audiência em virtude de compromisso particular inadiável.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ A dificuldade para comparecer à audiência deverá ser superada, pois, no procedimento sumário, é obrigatório o comparecimento pessoal à audiência de conciliação, sem que se permita a representação mediante preposto.
- Ⓑ O réu, por não ter sido citado com a antecedência mínima de dez dias da data da audiência de conciliação, poderá pedir, sob pena de restar configurado o cerceamento de defesa, a designação de nova data para realização do ato.
- Ⓒ O procedimento sumário é incompatível com qualquer providência que demandar tempo significativo para sua ultimação, de modo que o requerimento fundamentado de perícia acarretará conversão ao rito ordinário.
- Ⓓ Se for inviável a conciliação entre as partes, então o réu deverá apresentar defesa na mesma oportunidade, cabendo a ambas as partes juntar o rol de testemunhas nos dez dias anteriores à data designada para audiência de instrução e julgamento.
- Ⓔ Caso a reparação pleiteada pelo autor seja, na verdade, superior ao limite de sessenta salários mínimos, deverá o réu apresentar impugnação ao valor da causa que implicará a formação de apenso e a suspensão do processo principal.

QUESTÃO 85

Considerando a disciplina legal do mandado de segurança, assinale a opção correta.

- Ⓐ Por serem ambas ações de cunho especial voltadas a proteger direitos violados por atos ilegais e lesivos, praticados por autoridades públicas, é correto afirmar que o mandado de segurança e a ação popular possuem finalidades próximas, sendo, em determinadas situações, indiferente que se ajuíze uma ou outra.
- Ⓑ A prática de ato que configure abuso de poder por autoridade que exerce competência delegada faz que o mandado de segurança interposto contra este ato tenha, no polo passivo, a autoridade que transferiu os poderes por delegação.
- Ⓒ No caso de ato omissivo da autoridade, caberá mandado de segurança, sendo indiferente que haja contra aquela previsão de recurso administrativo com efeito suspensivo.
- Ⓓ Julgado procedente o pedido encaminhado via mandado de segurança, estarão garantidos ao impetrante não só o afastamento do ato ilegal e abusivo, como também os efeitos patrimoniais anteriores à própria impetração.
- Ⓔ O pedido de reconsideração na via administrativa, desde que protocolado dentro do prazo de 120 dias da ciência do ato impugnado, suspende o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança.

QUESTÃO 86

Considere que, em 30 de janeiro, tenha sido publicada, no Diário Oficial da União, a lei B, que não previu prazo para a sua entrada em vigor. Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considerando que no Brasil foi adotado o sistema da obrigatoriedade simultânea, a lei B passará a vigor ao mesmo tempo nas diferentes regiões brasileiras e nos estados estrangeiros.
- Ⓑ Durante a *vacatio legis*, a lei B ainda não possui obrigatoriedade. Porém, vindo a ocorrer nova publicação de seu texto, mesmo para a correção de erros ou falhas de grafia, o prazo da obrigatoriedade, em regra, voltará a fluir da data da nova publicação.
- Ⓒ Pelo princípio da continuidade, a lei B vigorará até que outra venha a lhe revogar expressamente.
- Ⓓ Se a lei B estabelecer disposições a par das já existentes na lei A, sendo as duas de mesma hierarquia, ocorrerá o que se denomina derrogação da lei A.
- Ⓔ Se a lei A tiver sido revogada pela lei B e, em seguida, for publicada a lei C revogando a lei B, então serão restaurados os efeitos da lei A.

QUESTÃO 87

A respeito da disciplina dos negócios jurídicos no Código Civil, assinale a opção correta.

- A Os negócios solenes não são a regra no direito brasileiro. No entanto, se a norma legal impõe forma especial para a realização do ato, diz-se que o negócio é *ad solemnitatem*. Exemplo disso é o testamento.
- B Embora o tutor tenha capacidade de direito, não poderá, mesmo em hasta pública, adquirir bens do tutelado, sob pena de nulidade, por faltar-lhe, para a prática desse ato, capacidade de fato.
- C Caso um contrato estipule, como condição resolutiva da avença, que a parte beneficiada realize algo juridicamente impossível, a consequência será a invalidade do contrato.
- D O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, de forma que não poderá ser imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva, sob pena de haver descaracterização do instituto.
- E Para que se configure a lesão e possa, em virtude disso, ser anulado o negócio jurídico entabulado, é necessário que a contraparte saiba da premente necessidade ou da inexperiência do outro.

QUESTÃO 88

Fernando e Cláudia contrataram Madalena, no dia 20 de dezembro, para prestar serviços de doméstica na residência deles. No dia 10 de janeiro, Flávio, amigo íntimo do casal, por necessidade de se ausentar da cidade, deixou seu carro na garagem da casa de Fernando e Cláudia, que guardaram a chave do veículo no escritório da residência. No final de semana seguinte, Antônio, marido de Madalena, pegou a chave e o carro de Flávio para dar uma volta pela cidade, sem que o casal tivesse percebido. Durante o passeio, Antônio terminou atropelando um menino de 8 anos de idade, diante da necessidade de se desviar de um motociclista que atravessou na frente do carro de forma súbita.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Considerando que incide, na hipótese, a teoria do risco criado, a responsabilidade pelos danos causados ao menor será suportada por Fernando e Cláudia.
- B Considerando ter restado caracterizada situação excludente de ilicitude, o dever de indenizar será medido pelo grau de culpa do responsável.
- C A responsabilidade pelos danos causados ao menor deverá ser suportada pelo motociclista e por Antônio, na proporção da conduta de cada um, haja vista a concorrência de culpa dos dois.
- D Incide, na hipótese, o que se denomina legítima defesa, de forma que há conduta, há dano, mas não se pode falar em nexo de causalidade, uma vez que o resultado foi alheio à vontade de Antônio.
- E Não haverá lugar para a responsabilização do casal pelos danos causados ao menor, de forma que qualquer indenização deverá ser suportada por Antônio.

QUESTÃO 89

Raimundo celebrou com Manuel, em 30 de abril de 2007, contrato por prazo indeterminado para que este lhe fornecesse 200 sacas de farinha de trigo, por semana, ao preço de R\$ 100 cada saca, reajustáveis em 2% a cada seis meses, devendo o pagamento ser feito sete dias após a entrega do produto.

Assinale a opção correta acerca dessa situação hipotética.

- A Caso a inflação atinja índices superiores aos praticados no momento da conclusão do contrato, será lícito a Manuel pedir a resolução da avença com base na teoria da imprevisão.
- B Caso Raimundo constitua em mora Manuel, por estar há mais de 10 semanas sem entregar as sacas de farinha, e, após esse ato, o preço do produto, em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, fique extremamente elevado, Manuel poderá, ainda assim, pedir a resolução do contrato com amparo na teoria da imprevisão, alegando causa superveniente.
- C No contrato celebrado, não há lugar para a resolução com base na teoria da imprevisão porquanto as partes, utilizando da sua autonomia contratual, já previram mecanismo de correção do preço do produto fornecido.
- D Se, por circunstância extraordinária e imprevisível, houver aumento considerável da farinha de trigo, Manuel poderá pedir a resolução do contrato com base na teoria da imprevisão, no entanto, deverá demonstrar não só a onerosidade excessiva que suportará como também a extrema vantagem que Raimundo obterá.
- E Para que Manuel veja o contrato resolvido ante a alegação de que a sua prestação se tornou excessivamente onerosa em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, deverá, primeiramente, requerer a revisão do contrato, haja vista o princípio da conservação dos contratos.

QUESTÃO 90

No que se refere ao Sistema Tributário Nacional, previsto na CF, cabe à lei complementar, entre outras atribuições, estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente a respeito

- A da definição de tributos e suas espécies, bem como das alíquotas relativas a impostos, taxas e contribuições.
- B da obrigação, do lançamento, do crédito e do processo judicial tributários.
- C do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- D da definição de tratamento diferenciado e favorecido para as empresas de pequeno porte, excluindo-se as microempresas.
- E da identificação de bases de cálculo, alíquotas e fatos geradores de todos os impostos previstos na CF.

QUESTÃO 91

De acordo com o regime orçamentário previsto na CF, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada,

- A o exame dos projetos previstos, com referência às contas apresentadas pelo presidente da República, o que deve constar da exposição de motivos.
- B a síntese das emendas apresentadas, ao longo da discussão do texto, mediante parecer de comissão responsável pela elaboração do orçamento, que acompanha o texto que deve ser levado a plenário.
- C a indicação exaustiva, relativa às dotações para pessoal, e respectivos encargos, independentemente de demonstrativo regionalizado do efeito, acerca das receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias e remissões, detalhada em anexo de apresentação obrigatória.
- D as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- E a seção na qual se reúnam todos os dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa.

QUESTÃO 92

A imunidade tributária recíproca alcança a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal e é extensiva às

- A sociedades de economia mista, no que se refere a impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- B autarquias e às fundações instituídas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- C empresas públicas, no que se refere aos impostos tão-somente, ainda que as empresas beneficiadas atuem no mercado em regime de concorrência.
- D organizações não-governamentais que atuem em parceria com o poder público, conquanto que não se tenha previsão de remuneração de diretores.
- E sociedades de filantropia, reconhecidas por ato do presidente da República, exclusivamente no que se refere ao imposto incidente sobre a renda.

QUESTÃO 93

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), a obrigação tributária principal

- A surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária.
- B decorre de lei complementar e refere-se à obrigação de não-fazer.
- C é prevista na legislação tributária e tem por objeto prestações positivas, no interesse da administração.
- D é fixada pela legislação tributária e consiste em obrigações de fazer, de não-fazer e de tolerar, sempre no interesse da administração.
- E transforma-se, pelo simples fato de sua não-observância, em obrigação acessória não-cumprida, ensejando o lançamento de multas e demais acréscimos legais.

QUESTÃO 94

A suspensão da exigibilidade do crédito tributário é circunstância que justifica a entrega de certidão positiva com efeito de negativa, em favor do contribuinte e, nos termos do CTN, é resultado

- A do recolhimento integral do débito, sob condição suspensiva.
- B do recolhimento da quantia que o contribuinte reputa devida, sob condição resolutiva.
- C de remissão parcial do crédito, por meio de lei específica, que deve estipular as condições para a fruição do benefício.
- D do reconhecimento da prescrição, por parte da autoridade administrativa.
- E de concessão de medida liminar em mandado de segurança, requerida pelo contribuinte.

QUESTÃO 95

A importância do crédito tributário **não** pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo em caso de

- A recusa de recebimento de tributo, por parte da autoridade fiscal.
- B subordinação de pagamento de tributo ao pagamento de outro tributo, por parte do representante da administração.
- C subordinação de pagamento de tributo ao pagamento de penalidade, por parte da autoridade tributária.
- D condicionamento de pagamento de tributo ao cumprimento de obrigação acessória ou ainda de exigências administrativas desprovidas de fundamentação legal.
- E exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo incidente no mesmo exercício fiscal, ainda que com relação a geradores distintos.

QUESTÃO 96

O regime constitucional dos precatórios dispõe que os débitos de natureza alimentícia **não** compreendem

- A aqueles decorrentes de salários, proventos, pensões e suas complementações.
- B débitos de infortunística, em virtude de perícia de médico creditado por órgão fiscalizador, independentemente de autorização judicial.
- C benefícios previdenciários.
- D indenizações por morte ou invalidez.
- E indenizações fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

QUESTÃO 97

Quanto às sociedades comerciais (empresárias) e à sua regulamentação no Código Civil, assinale a opção correta.

- A** Todos os tipos de sociedades previstos no Código Civil podem ser utilizados para a atividade comercial.
- B** As sociedades comerciais não podem ser constituídas para atividade que se restrinja à realização de um único negócio.
- C** Aplicam-se às sociedades comerciais (empresárias), subsidiariamente no que for compatível com as suas específicas disciplinas, as normas relativas à sociedade simples.
- D** O contrato social de uma sociedade limitada, para que ela adquira personalidade jurídica, deve ser inscrito no registro civil das pessoas jurídicas do local indicado como sendo o de sua sede.
- E** Todos os sócios de uma sociedade em comandita simples, seja qual for a categoria a que pertençam, respondem ilimitada e solidariamente com os próprios bens pelas obrigações sociais.

QUESTÃO 98

Com relação à disciplina das sociedades por cotas de responsabilidade limitada e das sociedades por ações, assinale a opção correta.

- A** Tal como na disciplina das sociedades anônimas, na constituição das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, é obrigatória a instituição do conselho fiscal, composto por três ou mais membros e respectivos suplentes.
- B** Na sociedade por cotas de responsabilidade limitada, tendo em vista a sua natureza eminentemente de sociedade de pessoas, caso haja omissão do contrato social, o sócio não pode ceder sua respectiva cota, total ou parcialmente, a quem já seja sócio.
- C** Nas sociedades por ações, é de competência exclusiva do conselho de administração a deliberação sobre pedido de autofalência ou de recuperação judicial.
- D** Tanto nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada quanto nas sociedades por ações, será nula a previsão do contrato social que exclua qualquer um dos sócios da participação no lucro social.
- E** O nome empresarial a ser adotado nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada deve ser, necessariamente, a denominação.

QUESTÃO 99

Com relação à disciplina dos títulos de crédito inserta no Código Civil, assinale a opção correta.

- A** As normas relativas aos títulos de crédito são gerais em relação às normas das leis que disciplinam cada espécie de título de crédito, razão pela qual, se houver incompatibilidade entre as normas do Código Civil e aquelas das leis especiais, aplicam-se as normas do Código Civil.
- B** Independentemente de cláusula expressa no título de crédito, o endossante responde perante o endossatário pelo cumprimento da obrigação constante no título.
- C** Na aquisição de título de crédito à ordem, por meio diverso do endosso, não se aplicam as regras da cessão civil de crédito.
- D** Na disciplina dos títulos à ordem, o endossatário, para ser considerado titular do crédito, além do ônus de provar a regularidade da cadeia de endossos, deve, ainda, fazer prova da autenticidade das assinaturas dos endossantes.
- E** Com a circulação de título à ordem, não pode o devedor do título de crédito opor contra o seu atual e legítimo portador exceções baseadas no negócio jurídico que lhe deu causa, a menos que o portador tenha agido com dolo na aquisição do título.

QUESTÃO 100

Com relação à disciplina legal da escrituração mercantil e dos livros comerciais, assinale a opção correta.

- A** Em princípio, os livros comerciais fazem prova contra os comerciantes (empresários) a que pertençam e, em seu favor, quando forem escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco e confirmados por outros subsídios.
- B** Pode o juiz, em qualquer caso, autorizar a exibição integral dos livros e papéis da escrituração contábil do empresário ou da sociedade empresária.
- C** As restrições estabelecidas na legislação civil ao exame da escrituração contábil, em parte ou por inteiro, aplicam-se também às autoridades fazendárias, no exercício da fiscalização do pagamento de tributos.
- D** Não constitui crime deixar de elaborar, escriturar ou autenticar os documentos de escrituração contábil obrigatórios.
- E** Não constituem pressuposto do pedido de recuperação judicial as demonstrações contábeis relativas aos três últimos exercícios sociais, nem o balanço patrimonial do empresário ou da sociedade empresária.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço indicado para rascunho no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Na cidade Y, capital do estado federado X, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizou uma auditoria na Companhia de Saneamento do Estado (SANEX), que tem como ordenadora de despesas a diretora-geral Maria Marta dos Anjos, e constatou irregularidades na contratação sem licitação por inexigibilidade da empresa L'Aqua Equipamentos Ltda., para fornecimento de material e prestação de serviços referentes à manutenção de bombas centrífugas e demais máquinas e equipamentos para tratamento de água e efluentes. O contrato tem vigência fixada até outubro de 2010 e a inexigibilidade de licitação foi baseada na tese de inviabilidade de competição. Em suas informações, a responsável argumentou que se trata de serviço técnico profissional especializado de natureza singular com empresa de notória especialização e que a contratada é a única que tem sede na cidade Y. A equipe de auditoria considerou a contratação irregular.

Considerando situação hipotética descrita no texto acima, redija um relatório técnico a respeito da auditoria realizada que contenha, no mínimo, os seguintes aspectos:

- ▶ dados de identificação do caso e exposição dos fatos;
- ▶ análise técnica e fundamentação;
- ▶ conclusão e providências recomendadas.

Na elaboração do seu texto, considere que sejam aplicáveis à situação descrita as mesmas disposições previstas para o Tribunal de Contas do Estado do Acre (Lei Orgânica) e seu Ministério Público Especial (Lei Complementar n.º 38/1993).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

